

EDUCAÇÃO E TRABALHO NO BRASIL: contradições existentes*.

*Heber Junio Pereira Brasão
Sérgio Paulo Morais*

Introdução

Para o desenvolvimento desse trabalho e, sem a pretensão de esgotar o mesmo, toma-se como eixo central a discussão das ideias apresentadas por autores como István Mészáros em sua obra “Educação para Além do Capital”; Ricardo Antunes em suas obras “O Privilégio da Servidão”, “Os Sentidos do Trabalho”, Karl Marx em suas obras “O Capital” e “Manuscritos Econômicos e Filosóficos” dentre outros, no que se refere a políticas públicas que não apenas garantam os indivíduos na escola e no trabalho, mas principalmente no reconhecimento do mesmo como pessoa e não apenas um mero número que faz parte da triste exclusão estatística do Estado.

O principal objetivo do capítulo é trazer a luz da reflexão e da leitura dos mencionados textos, a tentativa de alcançar a compreensão da influência e consequências do trabalho alienado no processo educacional. É impossível analisar os reflexos históricos do processo de exploração do proletariado impulsionado pelo capitalismo, sem levar em conta sua interferência no processo educacional, sendo que isso ocorre porque o trabalho no capitalismo produz algo estranho ao trabalhador, o qual se defronta com ele e se torna independente do seu produtor, sendo a mercadoria a coisa reificada, já que resulta da objetivação de um trabalho alienado como um objeto que tem o trabalhador como seu laçaió.

Mediante as discussões dos reflexos da relação educação e trabalho, o próprio Marx se concentrou na tentativa de compreender como, no âmbito das relações de produção, a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, acabam por derivar diversas formas de alienação. Evidenciando que o trabalho acumulado intensifica a separação do trabalhador do produto do seu trabalho, privando-o dele. Assim, o trabalho assalariado torna-se contraposto ao homem, já que os meios de produção e a própria atividade humana se concentram nas mãos do capitalista, dialética essa que explica a origem e o processo da alienação.

Mészáros, em sua obra “Educação para Além do Capital”, exorta que uma das principais funções da educação formal nas sociedades é produzir tanta conformidade ou consenso quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados.

*DOI – 10.29388/978-65-81417-67-3-0-f.23-31

Esperar da sociedade mercantilizada uma sansão ativa, ou mesmo mera tolerância, de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental. É por isso que, também no âmbito educacional, as soluções “não podem ser formais, elas devem ser essenciais”. Em outras palavras, eles devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida (MÉSZÁROS, 2010, p. 45).

1. Discussão e análise

Ao longo da história a escola, professores e alunos, assim como toda a comunidade escolar, ou sejam, os profissionais da educação, tiveram um papel participativo na sociedade como instituição formadora de seres pensantes e críticos. Porém nem sempre, para os governos em vigência, com um discurso liberal e inovador, era fundamental o desenvolvimento crítico e reflexivo daquela sociedade em formação, pois isso traria risco em suas ideologias e, conseqüentemente, a sua permanência no poder. Dessa forma, a escola muitas vezes teve como papel principal a passividade, ausência de crítica, reprodução e não criação de conteúdos.

O criticismo jamais fez parte dos planos da classe dominante. O que lhes interessa na verdade, é a imposição de uma educação para o trabalho alienante, de forma que o modo de pensar das pessoas seja formado justamente pelas relações de produção que não permitem o pensar junto com a ação, tornando o trabalho puramente mecânico. A finalidade é produzir cada vez mais, enriquecendo o proprietário dos meios de produção e perpetuando o processo de dominação, exploração e alienação dos indivíduos.

Principalmente nos dias atuais que efetivou um artifício ideológico avassalador junto a classe trabalhadora mais precarizada com o fortalecimento do devaneio do trabalhador empreendedor e autônomo, consolidando o status de profissional liberal, dessa forma o trabalho precarizado tem assumido uma tendência absolutamente funcional ao ao capital.

Em relação ao contexto educacional, podemos apontar para a diferenciação das classes escolares, ou seja, uma escola para a classe dominante burguesa e rica, onde na maioria das vezes era perpetuado a profissão de pai para filho e uma escola para os filhos dos proletariados, “escola para pobre”. Uma para formar operários que correspondem à maioria da população e a outra escola visa formar dirigentes e especialistas, esta à minoria, perpetuando assim o processo de dominação intelectual e cultural.

Segundo Mézáros (2010), a escola deve educar para a vida e, ao mesmo tempo, absorver elementos dela, sendo a educação uma transcendência para além

da auto-alienação do trabalho. Ele acredita que o próprio trabalho possa superar a alienação, com uma reestruturação radical do sistema, ou seja, o sistema do capital não conseguiria viver sem a pressão do Estado e as relações entre o mercado e o trabalho. Pontuando que a educação deve ser continuada, não se limitando às experiências escolares, e que é o princípio básico para uma educação para além do capital.

Contudo, o próprio autor recusa a noção de que as reformulações que possam acontecer na educação são inconcebíveis sem a transformação também no quadro social, recusando a noção de reforma que se proponha apenas a correções marginais, mantendo intactas as estruturas fundamentais da sociedade e conformando-se às exigências da lógica do capital.

Esta modalidade se utiliza das reformas educacionais para apenas justificar e remediar os efeitos desastrosos da ordem produtiva, mas não elimina os fundamentos causais e profundamente enraizados. Seria segundo Mészáros (2010), um absurdo esperar uma formulação de um ideal educacional do ponto de vista da ordem feudal em vigor, que considerasse a hipótese da dominação dos servos, como classe, sobre os senhores da bem estabelecida classe dominante, sendo necessário romper com a lógica do capital que possa contemplar alternativas significativas educacionais diferenciadas que leva a uma educação libertadora e transformadora da sociedade.

Reformar e transformar, significa desafiar as formas dominantes de internalização existentes no sistema educacional tradicional e formal, colocando em prática uma atividade de contrainternalização coerente e sustentada na direção da criação de uma alternativa ao que já existe.

Essa exteriorização clarifica que a educação formal/tradicional precisa desprender-se da lógica do domínio do capital que é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetiva possíveis do sistema e mover-se em direção a práticas educacionais mais abrangentes. O bem sucedido processo de redefinição da tarefa da educação formal num espírito orientado para a reestruturação de uma alternativa soberana à ordem existente que contribuirá para romper com a lógica do capital não somente em seu campo, mas em toda a sociedade, sendo a educação no sentido amplo, uma atividade imprescindível ao propósito de superação da mesma, ainda que a universalização do trabalho e da educação somente possa ocorrer em outra sociedade.

Essa diferenciação pode ser analisada enquanto crítica à escola tradicional e à chamada escola libertadora. Sendo que a tradicional não corresponde à demanda e dinâmica social, mas que tem a preocupação de dar uma resposta à chamada cultura industrial, com o intuito de universalizar o conhecimento entre a população, tendo um objetivo massificador, uma estrutura mais rígida e fechada à inovação, focada em uma formação tanto moral como intelectual, preparando o aluno para o convívio em sociedade. Dessa forma, a escola libertadora é apenas

uma reafirmação da hegemonia burguesa que simplesmente transforma diferenças em desigualdades.

A educação jamais pode ser vista como um negócio, mas pelo contrário, uma criação, ou seja, não se deve conceber a educação como simplesmente uma oportunidade para o mercado de trabalho, ou para servir aos interesses da classe burguesa, mas principalmente como uma contribuição para o desenvolvimento de um indivíduo social, pensando para além do limite, para além de uma sociedade do capital, para além de uma sociedade das coisas. É superar o estado de alienação e isto exige uma revolução cultural radical, que verdadeiramente possa entranhar nas raízes do que nos aliena e nos aprisiona diante de um modelo de trabalho que leve a alienação e não a libertação e o que infelizmente somente pode ocorrer com uma mudança radical de toda uma estrutura, e, com certeza, isso meramente seria possível com a união quase incondicional da classe trabalhadora.

A organização da escola tradicional inspirou-se na teoria que a educação é direito de todos e dever do estado. Direito este que correspondeu aos interesses da classe social que consolidou no poder a burguesia, buscando definir o princípio educativo da escola tradicional, destinada às crianças, jovens e adultos, enquanto necessariamente deveria introduzir a criança na sociedade dos homens, através de uma educação libertadora transformando o indivíduo em um agente político que se apropria da palavra para transformar o mundo, diante das injustiças e dominação em relação aos menos privilegiados.

Diante de todo processo exploratório ideológico do capitalismo, faz-se necessário a discussão de questões que segundo Karl Marx (1996), somente poderão ser resolvidas por meio da luta de classes, ou seja, as transformações na sociedade, sendo o motor da história. A classe explorada é o verdadeiro agente de mudança, assim sendo, a luta do proletariado do capitalismo não deveria se limitar à luta dos sindicatos por melhores salários e condições de vida, mas também ser a luta ideológica para que o socialismo fosse conhecido pelos trabalhadores e assumido como luta política pela tomada do poder.

A luta de classes conduz à ditadura do proletariado, sendo esta a transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes, havendo segundo a concepção marxista, uma permanente dialética das forças entre poderosos e fracos, opressores e oprimidos, assim a história da humanidade seria constituída por uma permanente luta de classes.

Considerado por Marx a mais importante expressão da natureza humana, o trabalho, quando é perdido o controle pelos seus sujeitos, acabava entrando em um estado que conduziria a sociedade a uma exacerbada alienada ordem social, como a pobreza em meio a plenitude, desigualdade cada vez mais crescente, antagonismo social e luta de classes. A alienação é o momento em que os homens perdem-se a si mesmos e a seu trabalho no capitalismo, sendo justamente a divisão

social do trabalho que proporciona a análise e a explicação da alienação do trabalhador no processo industrial que alimenta o modo de produção capitalista.

Na alienação do objeto do trabalho, resume-se apenas a alienação na própria atividade do trabalho [...] o trabalho é exterior ao trabalhador [...] não pertence a sua natureza; portanto ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo [...] não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado (MARX, 1989, p.162).

Sendo o trabalho humano o grande motor de toda riqueza adquirido pela classe dominante e a alienação dos dominados para o meio de produção capitalista através do trabalho. O trabalhador vende sua força de trabalho trocando pelo salário no final do mês, assim, o capitalista ganha o lucro pela força do trabalho dos trabalhadores como um grande comércio que se transforma em mercadoria e estranhamento dos sujeitos que produzem para o modo de produção e o enriquecimento da classe burguesa.

Exemplo claro esse é da própria burguesia brasileira que jamais teve uma essência e um papel revolucionário, principalmente na formação socioeconômica no país, uma vez que desde antes da ascensão dessa classe, ou seja, desde o início da colonização portuguesa e principalmente da exploração da força de trabalho dos negros na subserviência da escravidão negra, que mesmo diante da assinatura da “Lei áurea”, perpetuou o processo de discriminação, resultando em preconceito asqueroso contra todo e qualquer indivíduo de pele escura, mesmo que livre, atingindo a maior parte da população, exemplo claro, uma vez que os negros libertos da escravidão não tiveram quaisquer direitos que garantissem ou simplesmente facilitassem o acesso e posse de pequenas propriedades, não disponibilizando algum grau de proteção a sua condição extrema de vulnerabilidade social. Fora que a indústria nascente selecionava para o trabalho os imigrantes europeus, evidenciando um cabal processo de branqueamento da classe trabalhadora brasileira.

Assim, as transformações no processo social de produção resultaram no estranhamento e alienação do produtor direto das mercadorias a seu processo de trabalho, que se tornou fragmentado e expropriado. O trabalhador se modificou em mercadoria, forçando-o a trocar no mercado sua capacidade de gerar trabalho pelos meios de sua subsistência, das satisfações de necessidades humanas básicas, tornando o trabalho obrigatório a todos aqueles que não possuísem os meios que tornam possível a produção nesse novo modo de organização da propriedade produtiva.

Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na proporção em que produz mercadorias em geral (MARX, 1989, p. 148).

Não obstante, a relação alienação e dominação acabou ganhando novos ares a partir da chamada era digital, até mesmo vislumbrado por muitos com a era da felicidade. A atualidade do capitalismo é vivenciada pelo crescimento desmesurado do novo proletariado de serviços, uma variante global de que se pode denominar escravidão digital, que se tornou uma realidade ainda mais latente na educação mundial diante da pandemia do Covid 19, impondo necessidades ao trabalhador sem que ao menos seja dado condições mínimas para o desenvolvimento de seu trabalho. A situação impõe um processo de robotização do profissional da educação, sem que seja levado em conta a relação interpessoal tão necessária para o processo ensino/aprendizado.

O mundo do labor enfim superava sua dimensão de sofrimento. A sociedade digitalizada e tecnologizada nos levaria ao paraíso, sem tripalium e quiçá até mesmo sem trabalho. O mito eurocêntrico, que aqui foi repetido sem mediação e com pouca reflexão, parecia finalmente florescer (ANTUNES, 2000, p. 24).

Sabemos que o trabalho é uma atividade vital e unilateral ao homem, mas, quando o mesmo se resume única e exclusivamente a isso, essa atividade se torna penosa, alienante e aprisionante, pois se de um lado o indivíduo necessita do trabalho para a sua real subsistência, desde que seja transformador e emancipador, por outro lado se constata na verdade um trabalho, explorador e alienante, que distancia da sua verdadeira função social. A implementação de novas tecnologias, que deveria servir para o desenvolvimento humano, diminuindo as desigualdades sociais e tornando o trabalho mais prazeroso e menos adoecedor, dentro da lógica perversa do capitalismo, tem servido para o descarte constante e diário de trabalhadores e o aumento da exclusão social, e conseqüentemente a precarização do trabalho.

Vale salientar que segundo Antunes (2000), nas últimas décadas houve um processo exacerbado de terceirização do trabalho, ou seja, a terceirização vem se convertendo em instrumento central das estratégias de gestão corporativa, aumentando a fragmentação, a heterogeneização e a divisão intraclasse trabalhadora, além da concorrência entre os que trabalham no mesmo espaço produtivo, impondo dessa forma, uma divisão entre os distintos sindicatos existentes em uma mesma empresa.

Desse modo, essas precárias condições de trabalho têm contribuído para ampliar a deterioração das condições de saúde. Os terceirizados são os mais vulneráveis e suscetíveis aos acidentes de trabalho nos ramos de energia elétrica, extração e refino de petróleo e na siderurgia. Conforme dados oferecidos pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), de 1995 até 2010 foram registradas 283 mortes por acidentes de trabalho, das quais 228 ocorridas com trabalhadores terceirizados (ANTUNES, 2000, p. 167).

É nesse discurso tecnológico que o capitalismo informacional e digital vem aprimorando sua engenharia da dominação, é a chamada indústria 4.0, que significará a intensificação dos processos produtivos automatizados, em toda a cadeia geradora de valor, de modo que a logística empresarial dominante seja toda controlada digitalmente. O resultado mais grave dessa processualidade será o advento de uma nova era de escravidão digital, que se combina com a expansão explosiva dos intermitentes globais, e perpetua o privilégio da servidão.

Essa nova digitalização do trabalho acaba causando aos trabalhadores segundo Antunes (2000), uma nova forma de adoecimento, ou seja, os trabalhadores não deixaram de adoecer e sim as doenças que mudaram ao longo dos anos. Gestão por metas, controle excessivo, flexibilização salarial, falta de autonomia e assédio são alguns dos causadores principais de diversas doenças provenientes do meio laboral do trabalhador que afetam o corpo e a mente, como as doenças psíquicas, sendo esse mesmo trabalhador subserviente ao discurso de valorização de suas potencialidades individuais, que vive em um ambiente competitivo, instável, tentando manter-se empregado a todo instante.

Diante desse cenário caótico é que os sindicatos se tornam imprescindíveis, principalmente frente aos novos desafios de exploração cada vez mais latentes em nossa sociedade com sua exploração do trabalho, suas precarizações, seus adoecimentos e seus padecimentos corpóreos físicos, psíquicos etc. Impõe-se a necessidade de adoção de estratégias de organização e luta que considerem a nova morfologia assumida pelo trabalho no capitalismo contemporâneo, que se desenvolvem às custas de quase nenhuma capitalização, mas à base da força de trabalho propriamente dita.

É urgente que as entidades representativas dos trabalhadores rompam com a enorme barreira social que separa os trabalhadores “estáveis”, em franco processo de redução, daqueles submetidos às jornadas de tempo parcial, precarizados, subproletarizados, em significativa expansão no atual cenário mundial. Há também o desafio de articular uma efetiva dimensão de classe, no sentido amplo de classe trabalhadora, em sua nova morfologia, articulando-a com outras dimensões decisivas, como a de gênero, a geracional e a étnica (ANTUNES, 2000, p. 169).

Historicamente os movimentos sindicais brasileiros tiveram importância fundamental para as transformações sociais que se consolidaram posteriormente, sendo um movimento de resistência e mudança, desde o trabalho escravo para o trabalho livre, que levou os setores produtivos brasileiros a buscar formas alternativas de exploração de trabalho, talvez menos explícitas, como a força de trabalho dos imigrantes, uma vez que esses trabalhadores se consolidaram como os primeiros organizadores dos movimentos operários brasileiros, precipuamente pela ampliação do processo de industrialização e urbanização entre os séculos XIX e XX, coadjuvando o ambiente social fecundo para que esses movimentos operários se consolidasse em nosso país.

Destarte, torna-se importante salientar que as primeiras formas de no Brasil se deram sob a configuração de caixas beneficentes, caixa de socorro mútuo e as chamadas associações de bairros, que logo se desenvolveram em novas formas de organizações como uniões, ligas, até que alcançaram, a forma de sindicatos, sendo que desde 1890 ocorreram as iniciativas de organização de partidos operários e socialistas, assim, diante desse cenário de superexploração e pela necessidade urgente de garantia dos direitos trabalhistas, dignidade e saúde e segurança que os trabalhadores se organizaram e criaram os sindicatos.

Considerações finais

Inevitavelmente, vivemos em um mundo globalizado, no qual cada vez mais o indivíduo é visto como uma mera força de trabalho que pode ser descartado quando não atender mais aos interesses da classe dominante. Justifica-se assim a ideologia da maioria das empresas, que modernizam seus processos produtivos através da importação de equipamentos, mas pouco investem na maior participação dos trabalhadores, na democratização das relações de trabalho, não transformando os maiores ganhos de produtividade em melhores salários. As empresas consideram que a escolarização do trabalhador é dispensável, quando não um desperdício, sem deixar de mencionar que o uso da educação como moeda eleitoreira e, por consequência, a transformação das desigualdades sociais em bases para o exercício de um populismo funesto.

A educação é um dos pilares da sociedade e o trabalho não é diferente. Uma população escolarizada está mais preparada para criar, planejar e executar os projetos para tornar a nossa sociedade um lugar melhor.

Diante de tudo isso, podemos subtrair que a educação é realmente um processo de criação ao contrário da repetição e alienação, desinibidora e não restrito a uma classe social, educação é processo de relação humana, sendo o trabalho do professor imaterial, por que a produção não se separa do produtor e simultaneamente é consumido. Esse trabalho imaterial é o trabalho intelectual, o caráter do trabalho sob o domínio do capital e o trabalho vendido sob a forma de serviços. O

trabalho docente deve ser transformado, ao mesmo tempo, transformado para transformar.

Uma educação comprometida com a liberdade, uma educação que de fato permita e incentive o ímpeto de criar, uma educação que seja capaz de desenvolver no indivíduo o aprendizado constante, proporcionando uma sociedade mais justa e igualitária. Uma sociedade que, principalmente, valorize o homem, proporcionando-lhe ser o sujeito da sua própria educação e não o seu objeto, desprendendo-se do processo alienatório imposto pelas grandes empresas e sendo a arma mais poderosa, dando aos indivíduos mais oportunidades de emprego e melhoria na sua própria qualidade de vida e de seus familiares.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo. 2000.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ENGUITA, M. F. **A Face Oculta da Escola**. Porto Alegre: Clube dos Eds. 2008

FRIGOTTO, G. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez. 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Volume I, Livro Primeiro (Tomos I e II). São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MARX. Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. São Paulo: Boitempo. 2010.

MARX. Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1989.

MÉSZÁROS, I. **Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo. 2010.

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C.C. Trabalho Digital e Educação no Brasil. In: Ricardo Antunes (Org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo. 2020.